

“A merenda não vem logo?”: o retrato da fome nas escolas

Tony Winston/Agência Brasília/Ilustração



“Ô professora, o almoço não vai vir logo? Eu tô com fome”. Essa frase se tornou recorrente para os educadores da rede pública de ensino em Cuiabá, que têm de lidar com mais um desafio nesse retorno dos estudantes às salas de aula: a fome. A merenda, que antes era um reforço na dieta dos alunos do Ensino Público, agora se tornou a principal refeição dessas crianças, pertencentes à classe mais atingida pelo aprofundamento da crise econômica trazida pela pandemia de covid-19

PÁG. 6

Bolsonaro deve rifar Medeiros outra vez

O senador Flávio Bolsonaro (PL) confirmou o apoio de seu pai, o presidente Jair Bolsonaro (PL), à candidatura de Wellington Fagundes (PL), que busca ser reeleito no Senado em 2022. A informação cai como bomba no colo do deputado federal José Medeiros (Podemos), que deve “levar chumbo” mais uma vez. Apesar da mudança, Flávio ressaltou que Medeiros é uma pessoa que tem qualificação e vai continuar caminhando com o presidente, que prometeu ajudá-lo nos pleitos eleitorais

PÁG. 5

STF impõe derrota aos servidores

O julgamento sobre a lei estadual que trata da Revisão Geral Anual (RGA) no Supremo Tribunal Federal (STF) impôs uma derrota aos servidores públicos estaduais. Apesar de haver divergência quanto ao mérito da ação, as duas correntes do julgamento apontam que o valor da RGA não pode ser vinculado a qualquer índice de inflação federal. Na prática, isso significa que o governo fica livre para decidir o percentual da revisão salarial dos servidores públicos a cada ano

PÁG. 3

AL reacende discussões sobre RGA e isenção para aposentados

A Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA) deve sofrer novas alterações antes da segunda votação na Assembleia Legislativa. Por meio de novas emendas, os deputados tentam reabrir os debates sobre a isenção de pagamento da alíquota previdenciária de 14% para aposentados e pensionistas e sobre o aumento da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores estaduais, que já foi aprovada no percentual de 6,05%. Os deputados Lúdio Cabral (PT) e Janaína Riva (MDB) apontam que haverá um superávit bilionário e, por isso, o governo tem condições de bancar esses benefícios

PÁG. 5

Mato Grosso é maior empregador do Brasil

Gilberto Leite



Em um ano, Mato Grosso registrou saldo de 69 mil vagas de empregos se tornando o maior gerador de oportunidades no Brasil, com uma variação positiva de 9,52%. No total, foram 410 mil contratações contra 341 demissões. Os dados foram divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os números positivos sobre emprego em Mato Grosso também aparecem na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que aponta o estado com a segunda menor taxa de desocupação do país, com uma taxa de 6,6%, atrás apenas de Santa Catarina

PÁG. 8

Vale-gás começa a ser pago ainda neste mês; veja quem tem direito

Pedro Ventura/Agência Brasília

O Diário Oficial da União que circulou na sexta-feira (3) trouxe o decreto do presidente Jair Bolsonaro que regulamenta o pagamento do vale-gás, programa social que ajuda as famílias carentes na compra do gás. O valor do benefício foi definido em R\$ 52, metade do preço médio do botijão de 13kg no país, que será pago a cada dois meses às famílias atendidas. Conforme o decreto, o pagamento pode começar ainda neste mês. A lei prevê ainda que o auxílio seja concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica, que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência

PÁG. 7



EDITORIAL

Andando de lado

Com dois tombos seguidos no PIB durante os últimos dois trimestres, a economia brasileira confirmou recessão técnica após se recuperar parcialmente da crise causada pela pandemia de covid-19. Em vez da recuperação em V prevista pelo ministro da Economia Paulo Guedes, o que se viu foi um sinal de raiz quadrada, cujo resultado o trabalhador conhece muito bem e sofre na pele: a perda de seu poder de compra. O resultado de um desastroso da política econômica brasileira reacendeu o debate sobre a estagnação e

lançou incertezas e desconfianças entre empresários e investidores.

Curiosamente, no mesmo dia em que o resultado negativo foi anunciado, o ministro Paulo Guedes afirmou que a economia brasileira “está decolando de novo”. Para isso, no entanto, não usou dados sobre a geração de riquezas, mas sim sobre a arrecadação de impostos federais. Esses, sim, estão decolando, impulsionados pela inflação descontrolada.

Em outubro, a arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais atingiu R\$ 178,7 bilhões. Foi o melhor resultado para o período em cinco anos. Na parcial do ano, já soma R\$ 1,592 trilhão, outro recorde histórico. Enquanto isso, os trabalhadores juntam os trocados na fila do mercado para tentar pagar um carrinho de compra que está cada vez menos abastecido.

Pior ainda, o mau desempenho da economia coloca em xeque os esforços para evitar uma crise ainda maior. Se continuar a subir a taxa básica de juros na tentativa de conter a escalada da inflação, o Banco Central corre o risco de empurrar o País para uma crise ainda mais profunda, já que o encarecimento do crédito

dificulta os investimentos e reduz a atividade econômica. A dosimetria do remédio para a doença fica cada vez mais complicada nesses tempos de desarranjo econômico.

Economistas preveem que o quarto trimestre de 2021 apresentará resultado semelhante ao terceiro. Ou seja, será mais um período em que o país ‘andou de lado’. E ao que tudo indica, a estagnação pode se estender por todo o ano de 2022. Ao menos é o que preveem os analistas de mercado, que já apontam crescimento zero no próximo ano. E não faltam indicadores para tal. A renda dos trabalhadores segue diminuindo, solapando

O tempo como punição

Vinícius Segatto e Ana Luísa Segatto (*)

A Emenda Constitucional n. 45/2004 introduziu ao artigo 5º da Constituição Federal o direito à razoável duração do processo, através do inciso LXXVIII, estabelecendo que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação”.

O constituinte se preocupou, portanto, em garantir a qualidade do cumprimento das missões estatais e, além disso, deu ao artigo uma louvável amplitude. Isto é, não o restringiu a determinada esfera e nem mesmo limitou-o aos processos judiciais.

Na realidade, garantiu a razoabilidade temporal dos processos tanto no plano judicial quanto no administrativo para a aplicação do citado direito fundamental no curso de: inquéritos policiais, investigações preliminares, medidas judiciais, entre outros. A busca pela celeridade na prestação jurisdicional é atualmente imperativo constitucional que deve ser tratado como dever do Estado-Administração.

Se estes não estão devidamente munidos ao adequado cumprimento da norma e a finalidade de executar o papel social do processo,

cumpra o Poder Judiciário atuar ativamente, buscando soluções de cunho compensatório, sancionatório ou processual.

Aliás, essa correlação entre processo e tempo assume posição ainda mais complexa quando o Estado exerce seu poder punitivo, seja por meio da área do Direito Penal, seja através do Direito Administrativo Sancionador. O lapso exacerbado de tempo para conclusão de uma investigação, por exemplo, é equação inaceitável ao próprio Estado Democrático de Direito, porquanto transgride seus princípios basilares.

É fundamental: todo acusado/investigado tem o direito de obter, em tempo determinado, manifestação judicial ou extrajudicial que defina sua posição. Como trata o direito constitucional norte-americano em que todo cidadão tem o right to a speedy trial, findando da maneira mais célere possível a situação de incerteza em que se encontra.

Ao enquadrar a razoável duração do processo ao patamar dos direitos fundamentais, o legislador veio salvaguardar os indivíduos e não justificar delongas em claro prejuízo ao status dignitatis do investigado.

A eterna duração e a propagação de prazos meramente dilatórios em sede de investi-

gações preliminares e a demora na prestação jurisdicional não só afeta diretamente a ideia de proteção judicial efetiva, mas compromete rigorosamente a proteção da dignidade da pessoa humana.

O tempo possui inquestionável relevância no âmbito do Direito Sancionador porque diferentemente do que se imagina, seu cálculo e consequência não geram números em comum, pelo contrário, transforma-se em verdadeira punição antecipada com incontestáveis e incontáveis efeitos deletérios ao indivíduo.

Isso porque, só o nascedouro de uma investigação já é suficiente para submeter alguém à retaliações insanáveis que nenhum tempo é capaz de apagar, vez que, a publicidade desenfreada de matérias criminais, com ampla divulgação de dados dos investigados, não só reflete de modo negativo na reputação dessas pessoas, mas influi diretamente na averiguação dos fatos e, também, em seu condigno julgamento.

Há uma formação geral de convencimento persuadido que, se não impossibilita, praticamente massacra a esperança de um investigado arguir suas razões para se defender de uma acusação. É dever do Estado resguardar as consequências e os reflexos que uma investigação ou um processo pode

acarretar ao indivíduo submetido ao poder punitivo, ante o Estado Democrático de Direito e um de seus maiores pilares: a presunção de inocência.

O referido princípio é verdadeira garantia fundamental de civilidade, resultado de uma escolha garantista em prol da tutela da imunidade de inocentes, e seu objetivo principal é que todos os inocentes, sem quaisquer seletividades ou exceções, estejam protegidos de perquirições criminais infundadas que se alastram no tempo.

*VINÍCIUS SEGATTO é advogado, especialista em Direito Penal Econômico, Direito Constitucional e em Direito Eleitoral e Improbidade Administrativa, Sócio fundador do Escritório Segatto Advocacia. Membro da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB/MT e do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

*ANA LUÍSA SEGATTO é advogada no escritório Segatto Advocacia. Especialista em Processo Civil. Pós-Graduada em Direito Administrativo e Direito Anticorrupção.



As eleições da OAB/MT

Renato Gomes Nery (*)

Acaba de sair o resultado da eleição da OAB/MT para renovação do seu Conselho e a sua Diretoria. A Chapa da Situação acabou vencendo com 52,2% correspondente a 4.624 votos e da Oposição com 46,5% equivalente a 4005 votos. Uma diferença de 5,6%, correspondente a 619 votos.

A grande novidade foi que em Cuiabá a Chapa da Situação perdeu por 465 votos. Teve 1.753 votos e a Chapa de Oposição teve 2.218 votos, uma diferença de 465 votos.

A Situação sempre é mais forte no interior, onde a gestão tem influência direta, pois é quem viabiliza os pleitos e mantém as Subseções. Além de outros vantagens que desfruta com esta posição. Na Capital, sem tutela, o eleitorado foge de quaisquer e eventuais influências.

O horizonte que se descortina para o futuro é que a hegemonia do grupo que se apoderou da Instituição está no fim, até por que é vítima do costumeiro desgaste no poder por tanto tempo. Aguardemos!

O discurso de vitória da Presidente eleita dá o tom da continuidade das gestões anteriores, com o mantra: defesa das prerrogativas do advogado. Após afirmar que criará a procuradoria especializada na defesa das prerrogativas, declara: “A defesa de prerrogativa será o pilar da nossa gestão. Os advogados precisam ter garantida às suas prerrogativas, poder trabalhar com liberdade, com autonomia, sem subordinação a qualquer que seja a autoridade”.

Acho que muita gente não sabe o que é prerrogativa, mas ela é sinônimo de superioridade, privilégio, regalia e vantagem. Será que o advogado precisa disto ou de qualquer ajuda para o exercício da profissão. Até parece que as autoridades estão deliberadamente ameaçando o exercício profissional.

Entretanto, o advogado tem meios para fazer frente a qualquer ameaça ao exercício profissional. Toda e quaisquer garantias profissionais que o advogado possui decorrem da lei e não precisa de ninguém para se fazer respeitado no seu trabalho. Usar este fato como plano de gestão passa a impressão de

estar-se lidando com dementes que não têm noção do que fazem. Neste País de tantos privilégios, a defesa velada deles é um despropósito, sob qualquer ótica.

Antes de qualquer coisa, o advogado precisa de trabalho para se manter e a OAB/MT não contribuiu e, certamente, nem vai contribuir para isto. A atual gestão trabalhou para retirar do advogado o mercado de trabalho ao contribuir para a aprovação da Lei 11.077/2020 que aumentou despropositadamente, as já extorsivas custas judiciais.

Após a sua aprovação na Assembleia Legislativa, com a conivência da OAB/MT que jogou para a plateia ao fazer campanha para que o Governador a vetasse, o que não aconteceu.

Então, ajuizou no STF ação contra a aludida lei, que resultou apenas no adiamento de sua entrada em vigor. No mais, a lei entrou plenamente em vigor em janeiro/2021 e penaliza severamente a sociedade e ao advogado que precisa antes de cobrar os seus honorários de convencer o cliente a pagar os absurdos custos de um processo.

Enfim, como ficou a taxa - pagamento por serviços prestados - que virou injusta e ilegalmente imposto no patamar de 2% sobre o valor da causa para se ajuizar uma ação, além de outros custos e 03% para recorrer de sentença. Tal valor pode chegar a R\$ 87.895,00 para se ajuizar uma ação e outro tanto para recorrer de uma sentença.

O Poder Judiciário virou algo inalcançável, pois existem entraves intransponíveis para se conseguir a gratuidade de Justiça.

Seria de grande ajuda para os advogados e para a cidadania que a nova gestão, não jogasse para a plateia, e se preocupasse com a sobrevivência dos advogados tomando providências junto ao STF para julgar imediatamente a ação contra a aludida Lei que atenta contra princípios legais, contra a sociedade e tira o pão da boca dos advogados.

RENATO GOMES NERY é advogado.



Quem irá?

Francisney Liberato (*)

O senhor Delmiro Cândido de Siqueira, o meu avô, foi um homem de muita fé. Sempre dedicado às coisas de Deus, especialmente no serviço à sua comunidade cristã e na sensibilidade de ajudar o próximo. Para ele, ser um membro intitulado não era o bastante. Era necessária a dedicação de tempo e esforços em prol do serviço cristão.

Seu primeiro contato religioso, antes de sua conversão, foi por intermédio da Igreja Católica. Membro fiel, ele contribuía na obra

e auxiliava os padres na entrega de hóstias aos irmãos na eucaristia. Regularmente, esse senhor, junto de sua esposa e seus filhos, saía de carroça da região da comunidade do Lambari até o distrito de Cangas, em Poconé-MT, para realização de missas e cerimônias da igreja.

Ainda em tenra idade, seus filhos não tinham o mesmo compromisso com a igreja e, envoltos na curiosidade em aventurar-se no mundo, aguardavam o pai se entreter com suas funções religiosas para aproveitarem, escondido, as festas da região. Sabendo

disso, os filhos muito espertos se atentavam para o momento em que a missa estava para terminar e corriam para igreja, a fim de que ele não percebesse nenhuma suspeita da empreitada dos filhos.

É claro que ele jamais imaginava que tal episódio ocorria, ainda mais sendo bastante rígido na criação dos filhos e na preocupação em conduzi-los aos caminhos de Deus. Porém, não perdia o seu foco, ainda assim ele era compassivo, compreensivo e misericordioso com os seus filhos.

Fato é que a fé do Sr. Delmiro e seu contato com Deus eram tamanhos que isso se tornou uma característica notada pelas pessoas ao seu redor e se estendeu à sua descendência como uma semente que, mais tarde, germina e gera frutos.

Ele era uma pessoa sincera e temente a Deus. E a sua busca incansável pelas Escrituras o fizera ser convertido e batizado na Igreja Adventista do Sétimo Dia. A mesma dinâmica, fé e entusiasmos com as coisas de Deus permaneceram na nova religião.

Como não havia Igreja Adventista do Sétimo Dia pelas redondezas, ele decidiu construir uma igreja em sua propriedade, no sítio, para a comunidade local, e lá eram realizados os cultos, e mesmo que não houvesse ninguém de fora, de igual forma todos os sábados pela manhã, todos os 12 integrantes de sua família estavam prontos, no horário estabelecido, para adorarem ao Senhor.

Mesmo não havendo uma igreja local, foi possível construí-la! Mesmo não havendo locomoção confortável, era possível ir à missa de carroça. Era factível auxiliar. Era possível influenciar! E nós temos todo o conforto, automóvel, recursos e ainda assim por que temos

de inventar desculpas para não fazer o que precisa ser feito?

O que vemos nesta linda história de compromisso com Deus, revelada mediante o seu exemplo para todos, é que, independentemente da capacidade financeira, ou qualquer outro empecilho, para quem tem fé, todas as coisas são possíveis quando se está em conexão com Deus.

Quantas vezes negligenciamos as coisas de Deus, mesmo tendo todas as possibilidades ao nosso alcance, por puro comodismo ou desinteresse?

O reflexo das escolhas desse tão amado ancião repercutiu na vida de muitas pessoas e gerações, que ainda reverberam em sua descendência como sementes e hoje fortificam e dão frutos para o reino de Deus.

Quem irá seguir o exemplo desse nobre ancião?

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade - ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: “Mude sua vida em 50 dias”, “Como falar em público com eficiência”, “A arte de ser feliz”, “Singularidade”, “Autocontrole”, “Fenomenal”, “Reinvente sua vida” e “Como passar em concursos - Vol. 1 e 2” e “Como falar em público com excelência”.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpresomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

REVISÃO SALARIAL

As duas correntes no julgamento sustentam que o governo é livre para definir o valor da RGA, sem precisar seguir o índice de inflação

STF impõe derrota a servidores

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed Cuiabá

Gabriel Soares

O julgamento sobre a lei estadual que trata da Revisão Geral Anual (RGA) no Supremo Tribunal Federal (STF) impôs derrota aos servidores públicos estaduais. No final da tarde da sexta-feira (3), a Corte formou maioria para declarar inconstitucional a vinculação do reajuste à inflação medida pelo INPC. O processo começou a ser julgado em plenário virtual na última sexta-feira (26). Até o fechamento desta edição, o placar estava em 6 a 2 pela derrubada da lei estadual nº 8.278/2004, que trata da RGA.

Por hora, os dois resultados representam derrota para os servidores públicos estaduais, já que ambos acabam com a vinculação da RGA ao índice de inflação nacional. A corrente do relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski,



Apesar de divergirem, as duas correntes do julgamento apontam que não deve haver vinculação da RGA do Estado a índice de inflação federal

quer derrubar a lei porque exerga a vinculação. Já o ministro Edson Fachin abriu divergência, mas só porque não vê qualquer vinculação direta. Ou seja: as duas correntes apontam que o governo não precisa cobrir a inflação federal no pagamento da RGA.

Ao todo, cinco ministros seguiram o relator do caso, Ricardo Lewandowski. Ele apontou que é inconstitucional a vinculação de reajustes de

servidores estaduais ou municipais a um índice federal de correção monetária. Tal conclusão já havia sido explicitada na Súmula Vinculante nº 42, que apontava afronta à autonomia dos Estados e Municípios para definirem os reajustes de seus servidores.

Já o voto divergente de Fachin acolheu o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que mostrou que a lei estadual apenas considera a

perda salarial decorrente da inflação como uma das condições para pagamento da RGA. No entanto, a lei não estipula que a revisão salarial deve ser no mesmo índice medido pelo INPC. Desta forma, não há como falar em desrespeito às normas que impedem a vinculação de reajuste dos servidores estaduais a um índice federal.

“Porém, a leitura do art. 3º acima transcrito denota que o INPC não

serve de índice para o reajuste, mas de mero indicador da perda inflacionária enquanto uma das condições eleitas pelo legislador para ensejar a revisão geral anual, a qual, de toda forma, também é prevista no art. 37, X, da CRFB. O índice efetivo será, conforme o art. 4º, fixado mediante lei específica, observadas, de todo modo, as demais condições previstas no art. 3º e a sugestão da

Comissão Especial prevista no art. 6º”, destacou o ministro.

O processo foi protocolado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) durante o governo de Pedro Taques (Cidadania), que enfrentou dificuldades para pagar a revisão salarial dos servidores. O ex-governador precisou parcelar a RGA de 2017. Já a revisão de 2018, no valor de 2%, só foi paga aos servidores estaduais neste ano de 2021.

“Predefinição de parâmetros de reajuste remuneratório de servidores estaduais, ademais, cria expectativas que não necessariamente podem ser atendidas, em face da cambiante realidade econômica e financeira do ente federado. Isso causa desgaste no ambiente organizacional e inquietação social, uma vez que os servidores passam a alimentar a expectativa de que seus vencimentos serão reajustados de forma quase automática, segundo parâmetros definidos por ente federal, a despeito das conveniências e possibilidades da administração local e do próprio interesse público da sociedade daquele ente federado”, sustentou a PGR.

NOVELA SEM FIM

Mauro nega elevar RGA e isenção previdenciária

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) parece ter batido o martelo em relação à Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores em 6,05%, ainda que o Estado esteja fechando o ano com superávit bilionário. Após a informação que o Estado deve fechar o caixa com dinheiro sobrando, deputados estaduais, como Janaina Riva (MDB) e Lúdio Cabral (PT), já anunciaram que irão debater na Assembleia Legislativa, o au-

mento da RGA e também uma faixa maior de isenção para aposentados e pensionistas contribuírem com a previdência estadual.

De acordo com o governador, a RGA já está definida por regras feitas por técnicos da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz).

“Temos uma regra clara sobre isso e vamos aplicá-la. Estado tem que cuidar dos servidores, mas também de todos os cidadãos. Temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal estadual

que estabelece quanto podemos gastar com pessoal em Mato Grosso. E eu não vou descumprir uma regra tão importante”, disse Mendes.

Para reforçar que não vai se render aos desejos dos deputados, o governador lembrou gestões anteriores que deixaram o Estado endividado, justamente por se renderem ao ‘populismo’ e buscarem satisfazer o desejo de algum grupo.

“E espero que os próximos [governadores] que me sucederem

também o façam, porque foi agindo com responsabilidade fiscal que construímos esse cenário positivo. Basta [para aumentar a RGA] ser irresponsável, populista. Todo país que trilhou o caminho do populismo quebrou. Vamos cumprir a legislação”, acrescentou o governador.

Em conversa com o Estadão Mato Grosso, Lúdio revelou que o tema será debatido mais uma vez na votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e espera que a maioria dos deputados o

acompanhe e aprove as suas emendas.

“O Estado precisa fazer a correção do projeto da LOA com uma receita realista porque, aí sim, mostrará que o Estado terá margem segura para isso (aumento da RGA)”, acrescentou.

Tanto Lúdio quanto Janaina apontam que haverá superávit bilionário, entre R\$ 4 e 5 bilhões, no próximo ano, o que permitiria que o governo pague a RGA no mesmo valor da inflação deste ano, além de es- tender a isenção da alí-

quota previdenciária de 14%.

“Hoje, se colocar a emenda na LOA, dificilmente não vai passar a isenção até o teto, porque a gente entende que o impacto é muito pequeno perto do que representa socialmente para mais de dois mil servidores do Estado. Tem possibilidade de ser alterada [a alíquota], sim, inclusive vi uma declaração do Governo de que há essa possibilidade, e a gente vai dar uma analisada nos impactos”, disse Janaina.

OPERAÇÃO CAPISTRUM

Emanuel Pinheiro diz que MP induziu Judiciário ao erro

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) concedeu sua primeira entrevista coletiva após o

retorno à Prefeitura de Cuiabá para se defender das acusações do Ministério Público, que levaram ao seu afastamento, no dia 19 de outubro, no

âmbito da Operação Capistrum. Emanuel também acusou o MP de induzir o desembargador Luiz Ferreira da Silva ao erro.

Antes da entrevista, o prefeito também apresentou um ‘powerpoint’ aos jornalistas com os seus argumentos de defesa. Ele ainda afirmou ter se sentido injustiçado e que teve seu mandato ‘sequestrado’. O gestor ficou afastado por 38 dias e retornou ao cargo após uma decisão do desembargador Luiz Ferreira, no dia 26 de novembro.

“Bastava ter me ouvido, eu fui afastado sem nunca ter sido ouvido, tanto na esfera cível como na criminal. Afastaram um prefeito reeleito da Capital, no começo do segundo mandato, com ilações, que induziu o Judiciário ao erro, sem dar condição de defesa”, afirmou. “O político mais injustiçado nos últimos tempos da Capital é o prefeito Emanuel Pinheiro”, completou.

O prefeito ainda disse que o promotor Domingos Sávio, coordenador do Núcleo de Ações de Competências Originárias (Naco), fez uma ‘engenharia inimaginável’ para levar o caso para a esfera criminal com o objetivo de afastá-lo e ainda sugeriu que a medida teria como objetivo ‘minar’ seu projeto político de disputar as eleições ao Governo do Estado em 2022.

Emanuel também lembrou uma postagem feita pelo promotor Domingos Sávio no dia das eleições do ano passado, onde perguntou se as pessoas iriam ‘votar com paletó ou de camiseta’. A postagem fez com que o prefeito acionasse o promotor no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

“Ele é um membro do MP que não gosta de

mim, tem uma aversão a mim. Se isso foi potencializado com denúncia que fizeram chegar até ele com interesse de me atingir politicamente, com interesse de atingir minha família para me tirar de uma possível participação do processo eleitoral de 2022 só Deus e o tempo vai dizer”, afirmou.

Além do prefeito, também foram alvos da operação a primeira-dama Márcia Pinheiro, o chefe de gabinete de Emanuel, Antonio Monreal Neto, a secretária adjunta de Governo e Assuntos Estratégicos, Ivone de Souza, além do ex-coordenador de Gestão de Pessoas, Ricardo Aparecido Ribeiro. Eles são acusados pelo MP de integrarem suposta organização para comprar apoio ao prefeito.



Luiz Alves/Secom Cuiabá

Emanuel apresentou ‘powerpoint’ para contrapor as acusações do MP na Operação Capistrum

DIREITO ASSEGURADO

Servidores não efetivos que foram contratados antes de 1998 poderão se aposentar pelo regime próprio de Previdência do Estado

TCE inclui três mil no MT Prev

Thiago Bergamasco/TCE-MT



Relator do caso, Albano lembrou as dificuldades para desvincular o Estado das causas previdenciárias da União na década de 1990

Disk Farmácia
Ligou, Pediu, Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Gabriel Soares

O Pleno do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) autorizou, por unanimidade, a inclusão de cerca de 3 mil servidores contratados ou comissionados no regime de previdência própria do Estado, o MT Prev. Proferida na terça-feira (30/11), a decisão responde a uma consulta feita pelo governo do Estado sobre a interpretação referente à filiação dos servidores que eram comissionados ou contratados antes da emenda constitucional nº 20/1998.

De acordo com o relator, conselheiro Valter Albano, há cerca de três mil servidores aguardando a concessão do benefício previdenciário ou a regulamentação de sua pendência de regis-

tro junto ao TCE-MT por conta da dúvida sobre a filiação destes servidores ao MT- Previdência ou ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS).

Ao analisar a legislação vigente à época, o relator constatou que todos os servidores eram obrigados a con-

tribuir para o MT Prev, com exceção apenas para os empregados em autarquias. Foi só com a aprovação da emenda 20/1998 que se criou um novo cenário no sistema previdenciário brasileiro, separando o direito dos servidores efetivos ao RPPS e os não está-

veis ao Regime Geral de Previdência.

"A partir desse marco, é obrigação de cada ente ao qual o servidor estiver vinculado expedir as respectivas certidões por tempo de serviço", explicou.

Deste modo, na avaliação do conselheiro,

as pendências financeiras entre o Estado e o Instituto de Previdência Social em nada alteram esse direito. "Tendo os entes meios judiciais ou extrajudiciais para regularizar a situação sem afetar o direito adquirido desses servidores."

Na ocasião, Valter Albano lembrou ter presenciado, enquanto secretário de Estado de Fazenda, na década de 1990, as dificuldades da gestão em se desvincular das causas previdenciárias impostas pela União.

"Felizmente está aqui este Tribunal, com esta composição, para analisar com a profundidade jurídica e técnica que é necessária ao assunto e responder ao Governo do Estado: os servidores, até esta data de dezembro de 1998 tem direito "A". Após isso, tem o direito "B", assunto encerrado", pontuou.

Frente ao exposto, Valter Albano acolheu integralmente o parecer do Ministério Público de Contas (MPC) e votou pela aprovação da resolução normativa. Seu posicionamento foi acolhido por unanimidade pelo Pleno.

"O Tribunal põe fim ao limbo que impediria essas aposentadorias. Damos agora uma orientação a esses milhares de pedidos que se encontravam aí parados, esperando por uma decisão", concluiu.

RECURSO AO STJ

O MP quer cancelar retorno de Sérgio Ricardo

Da redação

O procurador-geral de Justiça de Mato Grosso, José Antonio Borges, ingressou com um agravo interno no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no qual pede a volta do afastamento de Sérgio Ricardo do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O conselheiro estava afastado desde 2017 e voltou ao cargo em 25 de outubro deste ano por decisão monocrática do ministro Mauro Campbell, do STJ.

A defesa de Sérgio Ricardo alegou que, após mais de 4 anos da medida de afastamento, o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) não apresentou nenhuma denúncia ou arquivou o caso, demonstrando suposto "descaso" das autoridades constituídas em não acelerar o curso do processo em que tais medidas vigoram.

Diante desse argumento, Mauro Campbell atendeu pedido de feito por Sérgio Ricardo e o autorizou a retornar ao cargo.

Porém, o procurador-geral argumenta a

complexidade e tamanho do caso processo, que tem mais de 30 mil páginas, divididos em 300 volumes. Além disso, o caso teve os prazos suspensos por pelo menos duas ocasiões, quando o ex-presidente da Assembleia Legislativa José Geraldo Riva apresentou delação que também falava da suposta compra de vaga no Tribunal de Contas do Estado e também quando os prazos foram suspensos em razão da pandemia de covid.

Na petição, o procurador-geral também

escreve que os prazos indicados para a instrução processual servem apenas como parâmetro legal, "pois variam conforme as peculiaridades de cada processo".

"Não se deve desconsiderar que apuração como esta demanda tempo, com a necessidade de exame aprofundado e exauriente das provas. Ademais, a concomitância de processo criminal, pelo mesmo fato, em curso perante a Justiça Federal, ensejou a necessidade de compartilhamento de provas", sustenta Borges.

Sérgio Ricardo foi afastado por suspeita de ter comprado o cargo, mediante negociação envolvendo o alto escalão do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do próprio Tribunal de Contas do Estado. O MP argumenta que, além da gravidade, o contexto fático é complexo e acobertado de modo sofisticado.

"Assim, diante da inexistência dos requisitos necessários e imprescindíveis para o deferimento do efeito suspensivo ao recurso excepcional, o periculum in mora e o fumus

boni iuris, consubstanciado na duração razoável do processo diante da sua complexidade e circunstâncias processuais, bem como na ausência de plausibilidade jurídica da pretensão de direito material, não pode prosperar a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial", afirma.

O MP ainda pede que, caso o ministro Mauro Campbell mantenha a sua decisão, leve o agravo interno para apreciação do colegiado do Superior Tribunal de Justiça.

RISCO ALTO

Em Cuiabá, Pacheco pede cautela sobre Carnaval

Gilberto Leite



Presidente do Senado cita risco da ômicron e cobra cautela em decisões sobre festas no Carnaval

Da redação

Em visita a Cuiabá o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deu sinais de que se posicionará contrariamente à realização do Carnaval 2022. Ele ponderou que a pandemia de covid-19, embora tenha recuado em território nacional, ainda não acabou e que o momento é de cautela, priorizando resguardar vidas. Pacheco citou o surgimento de uma quarta onda da doença na Europa, que tem visto o número de casos aumentar nas últimas semanas.

As observações também se referem às festividades de fim de ano, que devem movimentar o país e aumentar a quantidade de pessoas em tráfego para se reunir com a família. Assim como no ano passado, a

data preocupa os órgãos de saúde pelo risco de potencializar o contágio pelo novo coronavírus.

"Nós temos uma prioridade maior neste momento, que é salvar vidas, preservar a saúde das pessoas e na iminência, mínima que seja, de uma quarta onda da doença, que não se sabe exatamente a gravidade e o tamanho, eu acho que toda precaução é bem-vinda, toda cautela é bem-vinda", declarou o senador.

O senador, entretanto, evitou dar uma declaração direta acerca de ser ou não favorável às festividades. Ele preferiu "sair pela tangente", explicando que dará todo o apoio para debates relacionados ao tema, todos com embasamento técnico-científico.

"O título é até 'Carnaval: estamos preparados para isso?', então, eu acho que essa é uma

reflexão que nós temos que ter e se a decisão for de não ter, com base obviamente em critérios científicos, numa base que seja fundamentada, eu acho que toda a sociedade brasileira precisa apoiar porque nós temos que ter o foco de salvar vidas no país que já perdeu mais de 600 mil irmãos brasileiros e brasileiras, tem a obrigação de ter essa responsabilidade de ter essa reflexão, de não ter nesse momento um juízo de egoísmo em relação à necessidade de ter ou não festas", acrescentou o senador.

Em Mato Grosso, tanto o governador Mauro Mendes (DEM) quanto o secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, ainda não se decidiram sobre o posicionamento do Estado em relação as festividades de ano novo e carnaval.

MARGEM PRA GASTAR

Deputados citam superávit bilionário e querem ampliar valores da RGA e faixa de isenção previdenciária para aposentados e pensionistas

AL reabre discussão de alíquotas

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

A Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA) deve sofrer novas alterações antes da segunda votação na Assembleia Legislativa. Por meio de novas emendas, os deputados tentam reabrir os debates sobre a isenção de pagamento da alíquota previdenciária de 14% para aposentados e pensionistas e sobre o aumento da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores estaduais, que já foi aprovada no percentual de 6,05%.

Só que antes de decidirem sobre esses assuntos os deputados devem votar um requerimento do deputado Lúdio Cabral (PT), que pediu a devolução do

projeto da LOA ao governo do Estado, para recálculo das receitas. Segundo ele, a equipe econômica subestimou em cerca de R\$ 5 bilhões a arrecadação do Estado no próximo ano.

Lúdio defende que a LOA só seja votada após essa correção na estimativa da receita. Segundo ele, os deputados podem acabar aprovando uma espécie de 'orçamento secreto' se a LOA seguir da forma como está.

"A arrecadação vai continuar crescendo no ano que vem e ele (governador) sabe que o crescimento será maior do que está prevendo. Se os deputados aprovarem essa LOA, eles vão estar assinando um cheque em branco para que o governador gaste R\$ 5 bilhões como 'bem entender'", declarou o deputado ao Estadão Mato Grosso.

Assim como fez durante o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lúdio está articulando a aprovação de emendas que garantam o pagamento da RGA no mesmo valor da



Lúdio diz que receita está subestimada em R\$ 5 bilhões e quer que Assembleia devolva LOA para correção

inflação de 2021, além da isenção da alíquota previdenciária de 14% para aposentados e pensionistas que recebem até o dobro do teto do INSS

(cerca de R\$ 12,8 mil). O petista espera que, diferente do que aconteceu na votação da LDO, os deputados aprovelem suas emendas.

"Propus na LDO que o Estado teria que pagar a RGA, no mínimo, no valor da inflação de 2021. O Estado precisa fazer a correção do projeto da

LOA com uma receita realista, porque aí sim mostrará que o Estado terá margem segura para isso (aumento da RGA)", acrescentou.

Uma parlamentar que já se mostrou favorável às propostas de Lúdio é Janaina Riva (MDB), que também afirmou publicamente que o Estado terá um superávit de R\$ 4 bilhões e, por isso, pode rever as taxações de aposentados. Janaina busca a pacificação dessas pautas durante a votação da LOA, que está marcada para semana que vem.

"Se colocar a emenda na LOA, dificilmente não vai passar a isenção até o teto, porque a gente entende que o impacto é muito pequeno perto do que representa socialmente para mais de dois mil servidores do Estado. Tem possibilidade de ser alterada [a alíquota], sim, inclusive vi uma declaração do governo de que há essa possibilidade e a gente vai dar uma analisada nos impactos", pontuou Janaina.

'AMIGA DA SAÚDE'

Lei estimula empresas a investir na saúde pública

Da redação

Foi sancionada em 1º de dezembro pelo governador Mauro Mendes a Lei 11.592/2021 de autoria do deputado estadual Thiago Silva (MDB) que cria o Programa Empresa Amiga da Saúde em Mato Grosso.

O programa "Empresa Amiga da Saúde" tem o objetivo de promover e firmar parcerias com a Secretaria de Estado de Saúde e empresas que querem apoiar e destinar investimentos para a saúde pública estadual.

A nova lei tem o propósito de estimu-

lar pessoas jurídicas a contribuírem para a melhoria da estrutura das unidades de saúde da rede pública dos 141 municípios de MT. "Acredito que quando a empresa e o Estado trabalham de forma colaborativa, a saúde da população com certeza será melhor atendida e com esta nova lei quem ganha é o cidadão que precisa do atendimento na ponta. Com parcerias os hospitais estarão mais estruturados neste período final de pandemia", destaca o deputado.

A participação das pessoas jurídicas no programa se daria sob a forma de doações de materiais e equipamentos hospitalares, medicamentos, realização de obras de manutenção, conservação, reforma e ampliação nas unidades da saúde.

De acordo com o estudante Lorenzo Braga, esta nova lei será importante para humanizar o atendimento da saúde nos municípios e fará com que as empresas de pequeno ou grande porte possam fazer sua contribuição social para a população.

PROJETO DE LEI

Educadores podem ficar livres de pedágio em Mato Grosso

Da redação

O deputado estadual Valdir Barranco (PT) apresentou, em novembro, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), o Projeto de Lei nº 1074/2021, que isenta os profissionais da educação da rede pública estadual de ensino, do pagamento de pedágio rodoviário em todo Estado, quando esse profissional tiver que se deslocar de um município à outro para trabalhar.

Segundo Barranco, o objetivo principal do PL é garantir o direito ao trabalho, da maneira

mais correta possível, para esses profissionais e lhes dar mais tranquilidade sem saber que irão gastar diariamente para irem até o trabalho.

"Os valores cobrados nos pedágios pesam no orçamento doméstico de qualquer cidadão, sobretudo quando este cidadão se desloca diariamente entre municípios que possuem praça de pedágio. Por isso a isenção da cobrança se faz necessária, pois existe uma grande quantidade de servidores da educação que necessitam se deslocar de uma cidade a outra, muitas vezes utilizando

carros próprios, para o exercício de suas funções legais", justificou o parlamentar.

Para serem beneficiados com a isenção, os servidores terão de comprovar que são proprietários do veículo e devem estar em dia com suas atividades profissionais. Toda a documentação terá de ser apresentada aos órgãos de fiscalização. "Isso valoriza os profissionais que se deslocam até outros municípios para colaborar em áreas fundamentais da sociedade, como saúde e educação", declarou Barranco.

REVELAÇÃO DE FLÁVIO

Bolsonaro deve abandonar José Medeiros outra vez

Da redação

O senador Flávio Bolsonaro (PL) confirmou o apoio de seu pai, o presidente Jair Bolsonaro (PL), à candidatura de Wellington Fagundes (PL), que busca ser reeleito no Senado em 2022. Ele confirmou a aliança em entrevista realizada na noite de quarta-feira, 1º de dezembro. A informação cai como bomba no colo do deputado federal José Medeiros (Podemos), que deve "levar chumbo" mais uma vez, já que contava com o apoio do presidente para disputar o Senado nas eleições do ano que vem.

Medeiros (Podemos) busca ser senador desde 2018, quando terminou seu mandato na Casa. Contudo, à época, Bolsonaro decidiu apoiar a candidatura da juíza aposentada Selma Arruda, que acabou eleita

e, posteriormente, cassada por caixa 2 e abuso de poder econômico. O apoio de Bolsonaro à ela forçou Medeiros a se candidatar à Câmara.

Com a cassação de Selma, mais uma vez Medeiros viu a oportunidade de retornar ao Senado, mas novamente foi "fritado" pelo presidente, que optou em lançar a candidatura da Coronel Fernanda. Ele insistiu na candidatura, mas, sem o apoio de Bolsonaro, amargou nova derrota.

"O José Medeiros é um deputado leal desde o início e não caiu de paraquedas agora, e é o que a gente fala que é um Bolsonaro Raiz, vota tudo conosco na Câmara. Lá atrás ele já tinha manifestado a sua pretensão de ser candidato ao Senado. Agora tem que reanalisar o cenário porque nós fomos para um partido onde

já havia um senador do PL e há ali uma vontade muito grande por parte do presidente do PL de apoiá-lo e o testemunho que eu dei para o presidente Bolsonaro é que o Wellington é um senador que é da nossa base. O senador Wellington Fagundes é um aliado nosso e se depender da minha vontade especificamente, não decido nada sozinho, nós vamos apoiá-lo para a reeleição", disse Flávio.

Apesar da mudança de voto, Flávio ressaltou que José Medeiros é uma pessoa que tem qualificação e independente da decisão que seja tomada, Medeiros vai continuar caminhando com o presidente, que prometeu ajudá-lo nos pleitos eleitorais.

A direita agora busca em Mato Grosso um candidato que a represente na disputa pelo governo

do Estado e sirva de palanque para a campanha de Bolsonaro. O empresário Odílio Balbinotti Filho é um dos nomes

cotados para representar a direita bolsonarista mato-grossense. Sua possível candidatura foi defendida abertamente

por políticos mais próximos ao presidente, mas o empresário não se manifestou publicamente sobre o assunto.



Flávio Bolsonaro diz que ideia de apoiar Medeiros ao Senado precisa ser revista, pois PL já tem Fagundes como candidato

Gilberto Leite

Jefferson Rudy | Agência Senado

RETRATO DA FOME

Dados do Sisvan apontam que apenas 1 em cada 4 crianças realiza as três principais refeições do dia no país e números preocupam

"Eu tô com fome", diz aluna

Tony Winston/Agência Brasília/Ilustração

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

"Ô professora, o almoço não vai vir logo? Eu tô com fome". Essa frase se tornou recorrente para os educadores da rede pública de ensino em Cuiabá, que têm de lidar com mais um desafio nesse retorno dos estudantes às salas de aula: a fome. A merenda, que antes era um reforço na dieta dos alunos do Ensino Público, agora se tornou a principal refeição dessas crianças, pertencentes à classe mais atingida pelo aprofundamento da crise econômica.

Segundo dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), apenas 1 em cada 4 crianças realiza as três principais refeições do dia - café da manhã, almoço e janta - no país. Os números preocupam porque ficar de barriga vazia durante as aulas afeta o desenvolvimento e o aprendizado desses estudantes.

A professora Ana* que trabalha na EMEB Celina Fialho Bezerra, no bairro Altos da Serra, relata que as crianças têm consumido cada vez mais a merenda da escola, chegando a comer três vezes.

"Uma delas chegou a dizer, 'profê, lá em casa está difícil pra gente conseguir as coisas'. Eu incentivo mesmo a comer, para não irem para casa com fome. Eles também reclamam de sono e estão lentos. Muito mais lentos!", relatou ao Estádio Mato Grosso.

Essa lentidão observada pela professora pode ser reflexo da má alimentação. É o que explica a professora de Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Lorena Barbosa. Ela cita que a alimentação não balanceada e sem valor nutricional adequado, pode prejudicar o desenvolvimento dos alunos futuramente. Ficar sem comer, ou alimentar-se mal, pode fazer com que o cérebro não grave o aprendizado adquirido, como destaca a nutricionista.

"A deficiência nutricional, provocada por um baixo consumo de alimentos naturais, não é capaz de produzir os neurotransmissores em qualidade e quantidade para fazer as sinapses cerebrais, que são importantes para a consolidação do aprendizado", concluiu.

Essa é uma triste realidade que afeta outras escolas da capital. Cássio da Silva é técnico em nutrição escolar,

mais conhecido como merendeiro, na Escola Professora Maria Dimpina Lobo Duarte, localizada no Coxipó. Ele notou que cada vez mais as crianças recorrem à merenda da escola para saciar a fome.

"A comida é servida todos os dias e a cada dia que passa aumenta o número de crianças que se alimentam na escola. Muitas delas repetem duas e até três vezes", conta.

A merendeira da EMEB Dr. Orlando Negro, no bairro Pedregal, Leydiane Figueiredo, também notou que os alunos estão comendo mais. Como mãe de um estudante nessa faixa etária, ela se sente sensibilizada com essa situação e contou que muitas crianças só têm o almoço da escola com o valor nutricional correto.

"Eles têm comido mais e repetem bastante, são raros os casos de alunos que não comem na escola, pois muitos deles têm a alimentação escolar como principal alimento diário. Além disso, há casos onde o professor vê que a criança está com fome e a leva até o refeitório, onde nós providenciamos algo pra ela comer", pontuou.

A desigualdade social já era sentida na pele por esses estudantes, mas foi acentuada agora, com a pandemia de covid-19. A crise sanitária global fechou inúmeras empresas e deixou muitas pessoas desempregadas. O que já estava ruim, ficou ainda pior. Colocar o alimento na mesa deixou de ser algo habitual e passou a ser um desafio diário para milhares de famílias.

As escolas citadas anteriormente ficam nas regiões Leste e Sul da capital, mas essa realidade não é exclusiva dessas regiões. Na região Oeste, por exemplo, alunos da escola E.E. Ulisses Cuiabano, situada no Jardim Cuiabá, passam por situação parecida. O professor Leo Floriano, que leciona Química na unidade, conta um pouco da vivência.

Ele conta que seus alunos começaram a ficar mais ansiosos conforme o horário do intervalo se aproxima, pedindo para ir ao banheiro ou beber água, cujo objetivo é passar pela cozinha e verificar o cardápio do dia.

"Eu enxergo muito a inquietação deles. O intervalo é às 8h50, mas quando dá 8h30 eles querem sair para guardar lugar na fila e saber o que é de comida. Além disso, por se tratar de alunos do ensino médio, muitos tinham vergonha de comer o lanche da escola. Era mais chique ir à cantina e comprar um salgado e refrigerante, mas hoje a cantina anda bem menos movimentada", avaliou.



Professores e merendeiros contam que alunos tem repetidos até três vezes durante os intervalos

Viver se tornou ainda mais caro

A inflação de 2021 chegou aos incríveis 10,67% no mês de outubro, sendo a maior alta desde 2002, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse boom chegou aos alimentos com a cesta básica custando R\$ 648 em Mato Grosso, segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

O valor representa 71,28% da renda de uma família que vive com um salário mínimo (R\$ 1.100,00). A alta nos preços virou rotina para os brasileiros, que durante esse ano viram a gasolina chegar à R\$ 7,00 nos postos, o gás de cozinha a R\$ 140,00 e tiveram que trocar a carne vermelha por opções mais baratas, como porco, frango ou o ovo.

Essa troca por opções mais baratas foi observada pelo professor Léo, durante conversas em sala de aula. Ele diz que muitos pais têm trocado as proteínas por alimentos ultraprocessados, que por sua vez têm valor nutricional inferior.

"A carne vermelha é quase um luxo por causa do preço. Eles comem outras opções, além de

produtos ultraprocessados. Já ouvi relatos de estudantes que o almoço foi um macarrão com salsicha ou arroz com salsicha, por ser um condimento muito barato", disse, lembrando do episódio da fila dos ossinhos em Cuiabá, que repercutiu nacionalmente.

O alto consumo de alimentos ultraprocessados também é maléfico à saúde, conforme explica Lorena. Ela lembra que essa substituição de alimentos saudáveis pelos industriais já vem desde antes da pandemia, onde o brasileiro trocou o arroz, feijão, carne, leite, ovos, frutas e verduras por biscoitos de pacote, refrigerantes, salgadinhos, balas, salsicha e etc. Essa decisão custa caro à saúde do público infantojuvenil, tanto física quanto mental.

"A curto prazo, [a má alimentação] vai estar ligada ao ganho de peso, porque os processados tem um teor calórico altíssimo e são muito pobres em nutrientes. Consequentemente leva também a uma deficiência de nutrientes importantes para o crescimento e desenvolvimento correto. A longo

prazo o próprio ganho de peso, provocado pela má alimentação, vai levar ao desenvolvimento de doenças, como obesidade, diabetes melitus, hipertensão arterial, câncer, osteoporose, entre outras", alertou.

À reportagem, Léo também cita que alguns de seus alunos estão em situação ainda mais grave. "Tem famílias se reunindo para pegar doações de ossinhos na frente de açougues. Pais que perderam os empregos, casos de alunos que abandonaram os estudos para poder ajudar na renda de casa e se fazem reféns da 'uberização', se tornando motoboys, frentistas e outros subempregos, para sustentar a família", contou.

Durante o ensino à distância, a Prefeitura de Cuiabá distribuiu aos estudantes do ensino público uma cesta básica por mês, que seria equivalente à merenda oferecida nas unidades de ensino. No entanto, o alto preço do gás de cozinha continuou dificultando a vida dessas famílias, que muitas vezes não tinham como preparar esses alimentos.

Essa situação se tornou realidade em todo

o país e acidentes causados por "gambiarras" para cozinhar tomaram as manchetes dos jornais, principalmente em casos onde a família arriscou usar álcool ou combustível para acender fogões improvisados.

"Como professor de Química, expliquei aos meus alunos os riscos que muitas pessoas, em desespero por não ter como adquirir esse gás, usaram vapor de álcool ou gasolina para cozinhar e sofreram queimaduras", finalizou o educador.

Contudo, algumas famílias afirmam que a cesta básica não era entregue regularmente, como é o caso da manicure Julia Vick, mãe de um aluno da rede municipal. Ela afirma que desde que as cestas foram oferecidas, ela só pegou três vezes.

"Para quem tem criança, ainda mais em fase de crescimento - que come toda hora -, não muda muita coisa. Eu peguei logo no começo [em 2020], aí no final, época de final de ano e agora em 2021. Não desafogou muita coisa não. Se eu dependesse só deles teria passado fome", pontuou.

Em 2022 o cenário pode piorar

Gilberto Leite

O cenário, que já está ruim, tende a piorar ainda mais em 2022. A análise é feita por economistas renomados e já foi mencionada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). De acordo com o economista Vivaldo Lopes, a realidade dessas famílias tende a ser diretamente impactada pelo encerramento do auxílio emergencial, a extinção do programa Bolsa Família e a incerteza do 'Auxílio Brasil', novo programa do Governo Federal que ainda está sendo implantado.

"Será preciso ter moderação com o orçamento doméstico. Essa pandemia elevou o custo de vida de todos e, ao que

tudo indica, teremos que conviver com a inflação alta ainda em 2022. O preço de energia elétrica, combustível e alimentação continuarão altos e a tendência, infelizmente, é a inflação aumentar", avaliou.

Para tentar frear o custo de vida em Mato Grosso, a Assembleia Legislativa aprovou na última quarta-feira (24) o projeto de lei complementar, que reduz o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, energia e comunicações. No entanto, a medida não contempla os gastos com a alimentação e passa a valer em janeiro de 2022.



Com o fim do auxílio emergencial, a realidade das famílias tendem a piorar ainda mais

"DINHEIRO NOVO"

Economista dá dicas de como usar o salário adicional para começar o novo ano com planejamento financeiro e as dívidas sob controle

13º pode ser a 'tábua de salvação'

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Os trabalhadores que têm carteira assinada começaram a receber parte do 13º salário e, junto ao tão esperado 'dinheiro novo', surge o desejo de comprar presentes para as festividades de final de ano, elaboração de uma ceia farta de Natal, dentre outras compras que podem não ser a prioridade para a maioria das famílias no contexto atual de incertezas econômicas. Apesar de tentadores, esses planos podem levar muitas famílias a postergarem a organização financeira, que poderia lhes tirar do sufoco em médio e longo prazo.

A economista Thaís Sampaio orienta que, diante do atual cenário, as famílias que têm um orçamento mais 'embolado' priorizem o pagamento de dívidas à vista, como uma maneira de garantir o começo de ano organizado, com as

contas em dia, além de dar um passo em direção a uma vida financeira mais organizada e sem os 'perrengues' que surgem no dia-a-dia.

Thaís recomenda que, antes de tomar qualquer decisão sobre os gastos, as pessoas paguem suas contas fixas: aluguel, energia, telefone e água. Para evitar criar um novo problema, o ideal é que as contas atrasadas sejam renegociadas e pagas em uma só parcela. Assim, o consumidor não corre o risco de pagar a primeira com o 13º e ficar sem recursos para as parcelas seguintes.

Para as famílias maiores, que têm crianças em idade escolar, a situação exige ainda mais planejamento. Dezembro é o mês em que começa o período de matrículas, compra de materiais escolares, dentre outras despesas, que requerem planejamento para não ocorrer um 'estrangulamento' financeiro já no início do ano.

"As pessoas precisam criar o hábito de colocar tudo em dia primeiro, reorganizar o orçamento e começar a pensar a longo prazo. Não pode esquecer que em janeiro e fevereiro começa tudo de novo: pagamento de impostos, escolas, matrículas", explica.



Gilberto Leite

Economista recomenda 'segurar' o desejo de ir às compras e pagar as dívidas: "momento é de apertar o cinto"

Mesmo após colocar todas as contas em dia, ainda não é a hora de sair por aí 'gastando' o restante do dinheiro. Neste momento é importante aprender mais um hábito: poupar e investir. Thaís ressalta que é importante garantir um 'fundo de emergência', ao qual as famílias podem recorrer caso surjam imprevistos ao longo do ano.

"Depois que você está com tudo em dia e mesmo assim sobrou um

saldo em conta, você pode fazer a compra de um presente, de alguma coisa, mas não esqueça de não gastar todo dinheiro. Você precisa ir para uma etapa de aprender a planejar e se organizar financeiramente. O primeiro passo é aprender a trabalhar com investimentos", afirma.

Para evitar a tentação de gastar mais do que pode, Thaís recomenda que o consumidor leve somente o

dinheiro destinado ao presente ou outro bem que deseja comprar. Assim, o recurso que será usado para formar uma poupança para eventual emergência estará garantido em uma conta separada. O ideal, sugere ela, é procurar o gerente do banco para escolher um investimento viável para cada perfil.

Para as famílias com orçamento mais bagunçado, o ideal é que todos os integrantes entrem em consenso, estabele-

cendo o que será prioridade para o próximo ano. É preciso que todos comecem a criar novos hábitos financeiros, mais saudáveis. Os filhos também precisam ser incluídos nessa discussão sobre o orçamento doméstico.

"Isso era para ser um hábito e, infelizmente, ainda não é. O primeiro passo é colocar no papel, organizar tudo e saber qual é o gasto mensal para pagar todas as contas e manter tudo em dia. Se você não está conseguindo colocar, no mínimo, as contas em dia, algo está errado", destaca.

Analisando o cenário econômico atual, Thaís alerta que o momento inspira mais cautela na hora de firmar compromissos a longo prazo.

"Nós estamos com inflação em alta, taxa de juros subindo, estamos com uma crise política e econômica, covid voltando numa quarta onda. Então, cuidado com os gastos, se controle e evite fazer mais dívidas. Cuidado com cartão de crédito, porque tudo está muito incerto para tomar decisões e assumir compromissos de muito tempo. O momento é de apertar o cinto e ter um pouco mais de controle com os gastos", alerta.

BENEFÍCIO

CadÚnico deve estar atualizado para famílias receberem vale-gás

Da redação

As famílias em situação de vulnerabilidade devem procurar o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) mais próximo e atualizar o CadÚnico para ter direito ao Auxílio Gás. O direito é garantido pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, cuja regulamentação foi assinada pelo presidente Jair Bolsonaro e publicada no Diário Oficial da União na sexta-feira (3).

Os beneficiários terão direito um valor equivalente a R\$ 52 a receber a cada dois meses. Esse montante à metade do preço médio nacional de referência para o botijão de gás de 13 kg nos últimos seis meses, estabelecido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo a agência, o valor médio do botijão no país está, hoje, em R\$ 102,46. Segundo levantamento da ANP, o preço da revenda em Cuiabá varia entre R\$ 100 e R\$ 140, mas o consumidor costuma comprar o botijão por R\$ 125.

Pela lei, o auxílio será concedido às famílias cuja renda familiar mensal per capita for igual ou inferior a meio salário-mínimo e às famílias que tenham entre seus membros quem receba o benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, famílias com mulheres vítimas

de violência doméstica, que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência, terão preferência.

Segundo o Ministério da Cidadania, a primeira parcela do vale-gás deve ser paga ainda este mês para 5,58 milhões de famílias e terá duração de cinco anos. Assim, como o pagamento será a cada dois meses, a previsão é de que sejam pagas 30 parcelas as famílias beneficiadas.

O texto informa ainda que os beneficiários não precisarão comprovar que gastaram o benefício com a compra de gás. O pagamento será feito pela Caixa Econômica Federal ou instituições contratadas por ela. O calendário de pagamentos e as regras para saque do benefício serão divulgados pelo Ministério da Cidadania.

Para custear o programa, o presidente enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional, pedindo a abertura de crédito especial de R\$ 300 milhões, que será custeado por meio de anulação de outras despesas do orçamento, sem impactar a meta de resultado primário do governo ou o teto de gastos.

PROJETO - O projeto de criação do vale-gás para famílias de baixa renda é de autoria do deputado Carlos Zaratini (PT-SP) e foi aprovado pelo Congresso em outubro.



Box de vidro em diversas cores e modelos



PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

DADOS DO CAGED

Estado registrou variação positiva de 9,52% no saldo de empregos durante os últimos 12 meses, com mais de 410 mil contratações no período

MT é o maior gerador de empregos

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Mato Grosso registrou saldo de 69 mil vagas de empregos entre outubro de 2020 e outubro deste ano, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Proporcionalmente, o Estado foi o maior gerador de empregos, com uma variação positiva de 9,52%. No total, foram 410 mil contratações contra 341 mil demissões.

Dentro dessas estatísticas está a universitária Lidiane Machado, que estava desempregada desde 2019 e voltou

a trabalhar em agosto, como assistente administrativa em um escritório de contabilidade. O emprego veio em um momento essencial, pois seu esposo é trabalhador autônomo e foi afetado pela crise da pandemia.

Além disso, Lidiane sentiu o arrocho no orçamento doméstico durante os últimos meses, com uma inflação de mais de 10% nos últimos 12 meses. Após quase um ano de frustração por não conseguir um trabalho, Lidiane já estava começando a se sentir impotente, mas em agosto, finalmente, conseguiu se livrar da dependência do auxílio emergencial.

"Estou muito feliz em estar de volta ao mercado de trabalho. Estive por tempos com uma sensação enorme de impotência. Estou ajudando mais nas coisas extras de casa, pude colocar meu filho numa aula de natação, minha filha no taekwondo e



Mato Grosso foi o maior gerador de empregos, com uma variação positiva de 9,52% no saldo de vagas criadas

pretendo fazer alguma especialização ano que vem", afirmou a estudante, que cursa o último semestre de Contabilidade.

Os números positivos sobre emprego em Mato Grosso também

aparecem na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que aponta o estado com a segunda menor taxa de desocupação do país, com uma taxa de 6,6%, atrás apenas de Santa

Catarina, que tem uma taxa de desocupação de 5,3%.

Assim como no restante do país, o movimento de retomada do emprego vem acompanhado de uma redução no rendimento dos

trabalhadores. Conforme a Pnad, a renda média dos trabalhadores mato-grossenses saiu de R\$ 2.723 no terceiro trimestre de 2020 para R\$ 2.419 no terceiro trimestre de 2021, uma queda de 11,2% em apenas 12 meses. Isso representa R\$ 304 a menos no bolso dos trabalhadores mato-grossenses.

Com essa redução, a massa salarial caiu de R\$ 4,261 bilhões para R\$ 4 bilhões, redução de 5,9%. Isso representa R\$ 253 milhões a menos circulando na economia estadual.

Ainda segundo a pesquisa PNAD Contínua, Mato Grosso tem 2,7 milhões de pessoas em idade para trabalhar (14 anos ou mais), sendo que 1,8 milhão estão na força de trabalho e 917 mil fora da força de trabalho. Das pessoas que estão na força de trabalho, 1,6 milhão estão ocupadas e 120 mil desempregados.

PRODUÇÃO DE GRÃOS

Ipea prevê cenário positivo para o agronegócio em 2022

Agência Brasil

A análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra cenários positivos para a safra de grãos em 2022. "Os dois principais grãos, soja e milho, contarão com estimativa de produção positiva, o que pode contribuir para uma maior oferta no mercado doméstico", analisa Ana Cecília Kreter, pesquisadora associada do Ipea.

O estudo do Ipea contou com a participação de técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP).

"A perspectiva é de safra recorde para a soja (+3,4%), recuperação

e expectativa de recorde na produção de milho (+34,1%) - prejudicada pela seca e geadas em 2021", explica o superintendente de Inteligência e Gestão da Oferta da Conab, Allan Silveira, que participou da pesquisa junto com economistas do Ipea.

Segundo o boletim econômico, o terceiro trimestre deste ano mostrou uma estabilidade "em patamares elevados" para os preços domésticos, na comparação com o trimestre anterior. Destaque para a soja, que teve alta causada pelos baixos estoques e demanda aquecida. E do milho, que teve alta justificada pelas preocupações com o clima, a boa demanda doméstica e a elevada paridade de importação.

cais inseridas no sistema informatizado do Indea, sem considerar as vacinas compradas em outros estados.

O estoque de 4.195.075 de doses seria suficiente para a conclusão da etapa, porém, atrasos na distribuição e a falta de vacina em alguns municípios provocaram a prorrogação. Os 10 dias a mais serão suficientes para as lojas veterinárias e produtores rurais concluir a imunização do maior rebanho do Brasil.

Nesta etapa, são vacinados bovinos e bubalinos até dois anos de idade. Desde 2005, as etapas têm alcançado índices de vacinação superiores a 99%.

CRISE DOS FERTILIZANTES

Falta de insumos ameaça a safra

Da redação

O bom volume de chuvas em Mato Grosso permitiu que os produtores de soja concluíssem o plantio mais cedo no estado. Só que a ajuda do clima pode não ser suficiente para garantir os bons resultados da safra. Agora, os produtores estão preocupados com a possibilidade de faltar defensivos agrícolas e fertilizantes, o que pode reduzir a produtividade das lavouras.

De acordo com o diretor administrativo da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja/MT), Nathan Belusso, as empresas que fornecem os defensivos agrícolas e fertilizantes não estariam conseguindo atender a demanda dos produtores mato-grossenses e brasileiros. Ele faz uma comparação com a última safra, quando foi observada uma crise hídrica muito grande e prejudicou a produtividade. Mesmo assim, os produtores conseguiram cumprir todos os contratos de venda.

"Quase todos os produtores conseguiram honrar todos os contratos, mesmo aqueles negociados lá atrás com um preço muito abaixo do que estava sendo comercializado. A gente vê, mais uma vez, essa incoerência, onde o produtor honra seus compromissos e agora, num cenário parecido, as empresas não estão honrando com os compromissos que fizeram com os produtores", conta.

mercado, pode pagar até 3 vezes mais caro do que o valor negociado lá atrás", expôs Belusso ao Estadão Mato Grosso.

"Eu não posso falar se isso é uma manobra ou não, o cenário indica muito isso", responde Nathan ao ser questionado se o cancelamento das compras poderia ser uma estratégia das multinacionais para vender seus produtos a preços mais elevados.

Segundo Belusso, as multinacionais que fornecem os defensivos agrícolas e fertilizantes não estariam conseguindo atender a demanda dos produtores mato-grossenses e brasileiros. Ele faz uma comparação com a última safra, quando foi observada uma crise hídrica muito grande e prejudicou a produtividade. Mesmo assim, os produtores conseguiram cumprir todos os contratos de venda.

"A falta de defensivos e fertilizantes pode afetar a produtividade no campo, que está estimada em mais de 37 milhões de toneladas de soja somente em Mato Grosso, o que representaria um novo recorde de produção. A área plantada nesta safra chegou a 10,86 milhões de hectares, 3,5% maior do que na safra anterior, aponta o boletim de do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária

(Ipea) da última segunda-feira (29).

"É um ano que o produtor tinha expectativa muito alta e o clima, principalmente nesse início de safra ajudou, mas esses ajustes de mercado vêm prejudicando o perfeito andamento da nossa safra. A gente divulgou esse alerta aos nossos produtores, vimos há vários meses alertando, falando que se comprou para armazenar o produto, não deixar para receber depois", explica.

Em nível nacional, a produção pode chegar em 142 milhões de toneladas. Além da boa previsão de precipitação, os agricultores brasileiros também contam com a valorização da saca, que está em R\$ 149, para potencializar os lucros.

Para garantir que o bom momento se transforme em lucro, os produtores estão avaliando comprar os produtos mais caros ou partir para os defensivos biológicos, que demoram mais tempo para produzir os mesmos efeitos. "A principal estratégia dos produtores é encontrar algum produto semelhante aos que foram adquiridos lá atrás, mas como a falta de produtos está muito grande, muitos estão indo para alguns produtos biológicos", afirma.

Apesar de a expectativa continuar positiva para a safra 2021/22, ainda é cedo para dizer o quanto a 'crise dos fertilizantes' pode afetar na produtividade, já que a colheita acabou de ser concluída. Acionar a Justiça para garantir o recebimento dos defensivos também é avaliado. "Era para termos um ano perfeito e, infelizmente, por irresponsabilidade dessas multinacionais, os produtores estão sendo prejudicados", conclui.

FEBRE AFTOSA

Prazo para vacinação do rebanho é adiado até dia 10

Débora Siqueira | Assessoria/Indea

O Indea prorrogou o período de vacinação contra febre aftosa até o dia 10 de dezembro, mantendo para a mesma data o prazo para comunicação. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) aprovou a dilatação do prazo. Nas propriedades localizadas no baixo pantanal mato-grossense a etapa vai até o dia 15 de dezembro.

A venda de vacinas contra febre aftosa para estabelecimentos rurais de Mato Grosso atingiu um total de 15.699.641 doses em 29 de novembro. Os dados são referentes às notas fis-

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR
PUBLICAÇÕES, E AQUI